

Notícias de Novembro 2001

Guerra de manuais entre Israel e a Palestina

Israel acusa o ministério da educação da Autoridade Palestiniana (AP) de "incitar ao ódio aos judeus" nos novos manuais escolares distribuídos pelas escolas dos territórios autónomos, uma acusação refutada pelo ministro palestiniano que afirma ser vítima de uma "campanha de lobbying unilateral e parcial" e lamentar que o seu homólogo israelita não tome um gesto idêntico quando confrontado com acusações de racismo no seu próprio sistema educativo. O director-adjunto das relações públicas do ministério palestiniano da educação, Noamne A. Chérif, reforça esta posição e garante que os actuais manuais escolares são concebidos num "espírito de educação para a paz".

Mas os israelitas não parecem muito convencidos. De acordo com o "Centro para a Monitorização do Impacto da Paz", uma organização não governamental israelita considerada pelos palestinianos como um "organismo de direita que se opõe ao processo de paz", os acordos assinados entre Israel e a AP, neste domínio, não contribuíram para mudar a atitude face ao povo judeu, reconhecê-lo como uma nação e aceitar o direito de existência do estado de Israel. "O anti-semitismo, a deslegitimização e a necessidade imperiosa de expulsar os judeus colonialistas da "Palestina Ocupada" são ainda ensinados", dizem.

Os palestinianos, por seu lado, defendem-se argumentando que uma prova da sua boa fé é demonstrada ao não fazer referência nos manuais a questões "quentes", como é o exemplo da referência geográfica às fronteiras entre ambos os estados, um dos principais pontos de discórdia. Já quanto ao estatuto de Jerusalém, reivindicada por ambos os povos como lugar santo e capital dos respectivos estados, o ministério palestiniano acha-se no "pleno direito" de referir-se àquela localidade como uma "cidade ocupada" e de a considerarem como "capital" do seu futuro estado, referindo ainda que só deixará de se referir a Israel como "ocupante" quando este país cesse a ocupação da Cisjordânia e da Faixa de Gaza.

Os palestinianos iniciaram a impressão dos seus próprios manuais escolares apenas no ano passado - estando disponíveis para os alunos entre os 6 e os 11 anos desde essa altura, e desde este ano para os alunos dos 7 aos 12 anos -, depois de terem passado 50 anos a receber livros fornecidos pelo Egipto e pela Jordânia, destinados, respectivamente, aos estudantes da Faixa de Gaza e da Cisjordânia.

(AFP)

África out

De acordo com um recente estudo apresentado pelas Nações Unidas, o objectivo de escolarizar a curto prazo todas as crianças africanas no ensino básico será atingido apenas por 10 dos 53 países do continente. Pior do que isso, 22 países africanos arriscam-se a não cumprir os compromissos de inscrição universal no ensino básico até 2015, de acordo com as metas estabelecidas no Fórum Mundial de Educação, realizado em Dakar, capital do Senegal, em Abril de 2000. Em sete desses países, cerca de metade das crianças em idade escolar não frequentam sequer a escola.

"Atendendo a que a informação e a qualificação, bem como a capacidade de as combinar com sucesso, são consideradas fontes de riqueza, a educação em África está em profunda crise", refere o secretário-geral da ONU, Kofi Annan, sublinhando que a taxa de frequência do ensino básico se encontra abaixo dos níveis registados em 1970, o que traduz uma deterioração dos serviços públicos em geral e da educação em particular.

No ensino secundário e no ensino superior, os níveis de inscrição são muito inferiores aos registados em outros países em desenvolvimento de outros continentes. A qualidade do ensino é, em geral, "mediocre", os programas escolares estão longe de "corresponder às exigências da nova economia mundial", o que se reflecte, necessariamente, no "crescente défice de profissionais qualificados nas áreas científicas", de acordo com o mesmo estudo.

De facto, África não conta com mais do que cerca de 200 mil cientistas e engenheiros, o que representa cerca de

0,36% do total mundial, e produz apenas 1,5% das publicações científicas mundiais. Por outro lado, o continente deverá fazer face a uma imigração crescente de mão-de-obra qualificada em direcção a outras regiões, já que segundo a Comissão Económica das Nações Unidas para a África (CEA), o continente perde anualmente cerca de 20 mil técnicos especializados (entre médicos, professores universitários, engenheiros, etc.).

Kofi Annan preconiza, assim, uma "melhor governação económica e política" como única forma de inverter este processo dramático, a que se devem juntar medidas que encorajem o "retorno de africanos qualificados" e a aplicação de medidas inovadoras, de que é exemplo o programa brasileiro "Bolsa-Escola" - atribuição de ajuda financeira às famílias pobres que enviem os filhos à escola - que demonstrou ter resultados muito satisfatórios na América Latina e na Ásia.

(AFP)

"Guerra santa" às calças largas e umbigos à mostra

Escandalizados por verem os alunos envergar calças "baggy" (daquelas largueironas, que caem bastante abaixo da cintura e parecem estar uns bons números acima do tamanho do portador) e com t-shirts que mostram generosamente o umbigo, numerosos liceus e escolas americanas decidiram iniciar uma guerra à indumentária usada pelos jovens e impôr códigos de vestuário. Mais ainda depois de o jornal diário USA-Today ter publicado recentemente fotografias das roupas mais populares entre os estudantes americanos, incluindo, entre outros exemplos, calças rasgadas praticamente até às coxas ou calções de tal maneira curtos que, além de mal dissimularem a roupa interior, pronunciavam as já de si arredondadas formas das adolescentes.

Para contrariar este fenómeno - que preocupa cada vez mais os educadores americanos -, o director de uma escola de Dallas, no estado do Texas, deu o exemplo e encomendou uma série de cintos que são entregues aos alunos cujas calças lhes caem e deixam antever a roupa interior, uma moda, aliás, já generalizada nos países ocidentais. Uma outra escola, localizada na localidade de Millersville, no Maryland, preferiu, por sua vez, ter t-shirts de reserva prontas a serem vestidas para camuflar eventuais "indecências".

"Pensamos que é necessário criar um ambiente favorável a uma atitude digna, e o código de vestuário é a primeira etapa para o garantir", explica Lawrence Mink, um dos responsáveis do departamento de educação do condado de Bibb, na Georgia. Depois de alguns anos passados a estudar os hábitos indumentários dos jovens na escola, as autoridades deste estado impuseram certas regras que tentam, com maior ou menor sucesso, fazer respeitar.

O código de conduta adoptado estipula, nomeadamente, que as calças devem ser usadas à medida, não estarem rotas ou descosidas e serem usadas a uma altura natural, "sem tocarem no solo". Quanto às saias, devem ser usadas abaixo do joelho e os braços e o ventre não devem estar expostos.

Estes gritos da moda preocupam igualmente os pais. Muitos deles, alarmados por um anúncio televisivo promovendo uns jeans caindo abaixo das ancas, inundaram o site da cadeia de roupa "JC Penney", responsável pela ideia, a ponto de fazer parar a campanha publicitária. Mas nem todos os sectores da sociedade americana parecem estar de acordo com estas atitudes pressecutórias e consideram-nas mesmo injustificadas. É o caso do professor David Sadker, que prepara um livro intitulado "Professores, escolas e sociedade", de acordo com o qual "são os adultos a levantar esse tipo de problemas, não os jovens". "No fundo, trata-se de facilitar a visão do mundo aos próprios adultos, tentando fazer com que os jovens pareçam menos diferentes de nós", conclui.

(AFP)

Estudantes espanhóis protestam e lutam

Milhares de estudantes espanhóis entraram em greve ou manifestaram-se nas principais cidades daquele país para protestar contra um projecto de reforma das universidades avançado pelo governo de Jose Maria Aznar, líder do Partido Popular, no poder. Segundo o ministério da Educação, o movimento grevista organizado pelo Sindicato de Estudantes (SE) nos estabelecimentos de ensino secundário - sector que também aderiu ao protesto - teve uma adesão de 32%. As manifestações mais significativas ocorreram em Madrid e em Barcelona, onde seis pessoas foram detidas por provocar distúrbios já no final dos desfiles.

Um dos principais pontos de discórdia relativamente a esta reforma prende-se com a prevista extinção dos exames gerais de acesso ao ensino superior, que serão substituídos por exames particulares realizados por cada universidade, e a possibilidade de estas terem nos quadros do corpo docente uma percentagem de professores contratados, sem estatuto próprio, próxima dos 50 por cento.

(AFP)

